

O Seminário Internacional da Mulheres de 2021 da IV Internacional

Via [Fourth International](#)

O Seminário Internacional da Mulher da Quarta Internacional de 2021 foi realizado em 10/11 e 17/18 de julho. Enquanto os seminários anteriores foram realizados na IIRE de Amsterdã, a pandemia tornou inevitável que este fosse um evento totalmente online.

Isto teve o efeito muito importante e positivo de permitir a participação de muito mais mulheres do que nos seminários anteriores – mais de 100 inscritas e em qualquer sessão havia mais de 75 participantes ativas. Elas representaram 35 organizações de 26 países das Américas, Europa Ocidental, Norte da África e Ásia.1

Em nosso seminário anterior mais concorrido em 2019, pudemos receber apenas 40 participantes de 20 países (23 organizações) devido aos nossos recursos limitados – em particular as finanças para a viagem das camaradas do Sul Global.

Observamos na ocasião que esta presença excepcional foi o reflexo do novo avanço do movimento de mulheres nos anos anteriores e, de fato, o seminário de 2019 nos permitiu produzir uma resolução “A Nova Ascensão do Movimento de Mulheres” adotada em nossa reunião do Comitê Internacional de 2021 (a reunião de 2020 foi cancelada por causa da pandemia).

Para o seminário de 2021 não tivemos o objetivo de produzir nenhuma resolução ou texto específico, mas sim de explorar temas que surgiram durante as discussões em torno daquela resolução anterior, decorrentes de nossas experiências nos movimentos e lutas em nossos países.

O trabalho do seminário foi limitado a quatro sessões de apenas três horas a fim de acomodar o máximo de camaradas de diferentes fusos horários. Dentro desse prazo, incluímos a apresentação do tema, grupos de discussão com base no idioma e uma discussão plenária que, assim como a apresentação, foi interpretada em nossos três idiomas de trabalho (castelhano/espanhol, inglês, francês).

Uma série de reuniões de comissões representativas havia determinado quatro tópicos para o seminário, que foram então desenvolvidos por grupos de trabalho compostos por 4 ou 5 camaradas de diferentes países e esferas linguísticas.

Uma parte importante do trabalho desses grupos era encontrar materiais de leitura que trouxessem diferentes pontos de vista ao tema – o que significava tanto pesquisa quanto tradução para levá-los a todo o seminário.

O primeiro tema escolhido foi “O que entendemos pelo papel estratégico do movimento autônomo de mulheres como sujeito político, como ele se expressa em sua ação”?

Isto resume uma importante posição programática da Quarta Internacional que desenvolvemos nos anos 70 e adotamos em nossa Resolução de 1979 “Revolução Socialista e a Luta pela Libertação da Mulher”. No marco do desenvolvimento espontâneo de um movimento de mulheres, isto aprendeu com a experiência da Revolução Russa, que naquela época estava a apenas 60 anos de distância – quase a distância que nos separa de 1968 – e a rápida reversão dos ganhos sob a contra-revolução estalinista, por um lado, e por outro, das lutas anti-coloniais pela libertação nacional, enquanto povos colonizados lutavam por sua libertação. A experiência real das mulheres envolvidas na radicalização estudantil mundial da época foi tomada e foi defendida a necessidade de um movimento de mulheres que lutasse pelas necessidades e interesses das mulheres independentemente de qualquer interesse governamental, partidário ou sindical e, ao mesmo tempo, lutasse pelos

interesses das mulheres mais oprimidas e exploradas, o que necessariamente lhe daria um caráter de luta de classes. Nossa discussão confirmou que as mulheres organizadas no interesse das mulheres e no contexto de lutas democráticas mais amplas são uma força poderosa para a unidade da classe trabalhadora, que é de importância estratégica na batalha para mudar a sociedade. Observamos também que as novas formas de luta do movimento de mulheres, como a greve feminista e de mulheres – afirmando o direito das mulheres de usar esta ferramenta tradicional e assim mudá-la e democratizá-la – e a organização das mulheres nos territórios tradicionais das comunidades são uma reafirmação desta autonomia e presença das mulheres como protagonistas políticas.

Quando falamos do movimento de mulheres, é claro que é um movimento inclusivo que abraça todas as mulheres e reconhece a experiência de discriminação e opressão de todas as mulheres, ao mesmo tempo em que coloca seu objetivo de desafiar aquelas que mais atingem os mais oprimidos e explorados, o que deve se referir especialmente às mulheres que sofrem discriminação e marginalização por serem negras, indígenas ou racializadas. Neste contexto, focalizamos uma forma particular de exclusão que se tornou particularmente contenciosa dentro do movimento de mulheres, começando em certas partes do mundo anglófono, mas que infelizmente está se espalhando: a exclusão das mulheres trans, perguntando “Como e por que somos trans-inclusivas? A Quarta Internacional sempre foi trans-inclusiva em sua prática, por exemplo, nos espaços das mulheres dentro de seus acampamentos de jovens, e declarou esta posição em sua recente resolução. Entretanto, reconhecemos que este deve continuar sendo um assunto para discussão e explicação pedagógica e que permitir que se torne uma questão polêmica e de exclusão dentro do movimento só pode ser prejudicial ao nosso objetivo de construir o mais amplo movimento feminista e de mulheres possível. Examinamos o papel da extrema-direita na orquestração de tais divisões e começamos a analisar o papel das pessoas trans tanto no mercado de trabalho quanto na

reprodução social para fortalecer a base teórica de nossa postura.

A questão das alianças na construção do movimento foi o tema do terceiro dia do nosso seminário: “Dificuldades em forjar frentes unidas nos movimentos feministas e de mulheres: o ultraesquedismo; a intolerância; alianças interclassista, como?” Abordamos os obstáculos envolvidos, primeiramente aqueles relacionados à forma como as mulheres estão situadas de maneira diferente na sociedade, incluindo a posição de classe; discriminação racial; diferentes visões do mundo, prioridades e status migratórios; e também suas demandas díspares, assim como seu sectarismo e táticas vanguardistas na orientação política.

Salientamos que, apesar destas dificuldades, alianças com outras forças dentro e fora do movimento de mulheres, tais como sindicatos, organizações comunitárias e rurais, ou partidos políticos, podem muitas vezes ser forjadas em torno de um objetivo específico – encapsulado às vezes em uma mudança legislativa – ou em um momento específico no tempo, e que elas são importantes para a construção do movimento e permitem um diálogo com as mulheres que podem entrar no movimento naqueles momentos. Foram dados exemplos de alianças em torno da legislação sobre o direito ao aborto na Argentina; a luta contra a repressão em Porto Rico, a violência feminicida em vários países, o extrativismo no Equador e o governo Bolsonaro no Brasil; e a favor de uma moradia digna no Estado espanhol, o direito a uma pensão na Suíça, ou em protesto contra a posse de Trump ao lado de apoiadores de Hillary Clinton.

Também apontamos que precisamos explorar mais detalhadamente como combater as forças do movimento que tentam excluir outros setores de mulheres da luta, por exemplo, rotulando-os como não feministas e pequenos grupos de vanguarda que impõem táticas violentas em manifestações pacíficas, afastando assim mulheres que poderiam querer ir com seus filhos ou mulheres

mais velhas ou fisicamente debilitadas que poderiam não ser capazes de lidar com situações violentas.

Uma das divergências estratégicas cruciais dentro do movimento entre feministas reformistas e revolucionárias é, naturalmente, em relação ao Estado e à medida em que podemos confiar nas instituições estatais para agir no interesse das mulheres. Na sociedade atual, fazemos exigências ao Estado com o objetivo de alcançar alguma melhoria real e mensurável na situação das mulheres, mas não temos ilusões de que isso seja suficiente. Este foi o tema de nosso quarto dia, especialmente em relação a como lidar com a violência contra as mulheres em suas diversas formas: “Que alternativas para combater a violência contra a mulher: despatriarcalização institucional, auto-resolução de conflitos, leis preventivas/punitivas contra a violência”? Será que exigindo maior repressão estatal através de penas de prisão, podemos contar com outros ramos do aparato estatal mesmo quando seu papel não é imediatamente repressivo (assistentes sociais)?

Este debate também levantou a questão de como a esquerda e as organizações do movimento trabalhista lidam com os incidentes de agressão sexual e sexista dentro de suas próprias organizações e a necessidade de fazê-lo e ser visto como tal para manter a credibilidade como organizações que lutam pelo bem popular.

Estes fascinantes e ricos debates não poderiam se desenvolver tanto quanto gostaríamos. O tempo limitado disponível devido à necessidade de incluir muitos fusos horários diferentes, a falta de encontros físicos no café e jantar, ou de trabalhar nas mesmas equipes de cozinha, como fazemos em nosso Instituto, obviamente reduziu a interação. Em particular, muitos participantes sentiram que não estavam suficientemente conscientes do contexto a partir do qual os outros estavam falando. Entretanto, a necessidade de traduzir todo o material em três idiomas havia nos desencorajado de pedir relatórios por escrito dos países sem poder garantir sua acessibilidade.

A avaliação geral é extremamente positiva para o número de participantes e a participação efetiva na discussão, especialmente nos grupos linguísticos. Todos lamentamos as limitações e esperamos encontrar no futuro maneiras de combinar o uso da ferramenta on-line que permite uma participação tão ampla com as reuniões físicas que trazem uma nova profundidade à interação, a fim de continuar nosso trabalho elaborando estas e muitas outras questões.